



Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanolrenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor PAULO ITNER, ocorrido no último domingo, dia 10, em Curitiba.

O lamentável acontecimento veio enlutar a Sociedade Paranaense que muito foi beneficiada com o trabalho do falecido.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Primeira Igreja Batista de Curitiba, na qual o falecido desempenhava a importante função de Diácono.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO LUCAZEWSKI, ocor-

rindo na última sexta-feira, dia 8, em Curitiba.

A ausência do ilustre paranaense que deixou o nosso convívio abre uma grande lacuna, eis que sempre atuou com dinamismo e elevação em diferentes áreas.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Primeira Igreja Batista de Curitiba, na qual o falecido desempenhava a importante função de Diácono.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata de trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações à direção do jornal "O PARANÁ", editado na cidade de Cascavel, que completa nesta data cinco anos de circulação.

O jornal "O PARANÁ" é um dos mais importantes veículos de imprensa do Oeste do Estado, de circulação diária, baluarte da boa divulgação noticiosa escrita.

Solicita, outrossim, seja dado ciência desse requerimento à Direção do matutino.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INCRA-MA, sugerindo medidas para extinguir a norma que impede o desmembramento de áreas rurais.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

É válida e oportuna a iniciativa do Vereador Izaltino Rossi que, através de sua Câmara Municipal de São João, encaminha apelo ao INCRA, sugerindo o exposto na súmula acima.

Realmente, a impossibilidade do desmembramento de partes de áreas rurais se apresenta como fator que favorece o crescimento desbragado do latifúndio, culminando por sacrificar os pequenos proprietários, extinguindo-os paulatinamente.

Aliás, o aumento populacional verificado nas grandes cidades, o próprio êxodo para outros Estados e mesmo países vizinhos, têm, nesse comportamento do INCRA, um de seus principais suportes.

Encarecemos, portanto, a manifestação desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Renato Antônio Johnsson, MD Secretário de Estado do Interior, sugerindo a instalação de mono-canal telefônico para a localidade de Central Santa Cruz, no Município de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

(ã) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

A população da localidade de Central Santa Cruz recente-se dos benefícios proporcionados pela comunicação telefô-

nica. Atendendo aos reclamos daquela gente, encaminhamos a presente solicitação que é da máxima importância para aquela localidade que, dia após dia, vem mostrando o seu progresso e desenvolvimento, fruto do labor silencioso e ordeiro de cada cidadão de Central Santa Cruz.

Aguardamos que o Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior se empenhe para que este benefício possa ser estendido à população de Central Santa Cruz, pois representa uma das ansiedades populares daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nivaldo Almeida Neto, MD Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a pavimentação asfáltica do trecho que liga a localidade de Central Santa Cruz à cidade de Cafelândia.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

(a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

A sugestão apresentada vem atender solicitações de moradores da localidade de Central Santa Cruz, no Município de Cafelândia, que há muito reivindica a pavimentação asfáltica do mencionado trecho.

A necessidade no atendimento desta reivindicação se justifica no progresso e desenvolvimento havido nos últimos anos na localidade de Central Santa Cruz que, ano após ano, vem aumentando sua produção, principalmente no setor da agricultura. Nada mais justo do que o Estado, através da Secretaria dos Transportes, beneficiar aquela população com o já referido asfaltamento que virá contribuir no melhor e mais rápido escoamento da produção para os centros de consumo e beneficiamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando o encaminhamento de um pedido de estudo e projeto para criação e instalação de uma escola agrícola no Município de Toledo. Conforme justificativa anexo, a COAGRI informa que, embora não disponha de recursos para a instalação de Colégios Agrícolas, "poderá dar cooperação técnica para elaboração do projeto da escola, desde que os pedidos de cooperação sejam encaminhados para a Secretaria de Estado da Educação, conforme as diretrizes contidas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985.

Segue também, justificativa da proposição apresentada pela Associação Comercial e Industrial de Toledo, na XXX reunião plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná realizada de 16 a 18 de maio de 1980 e em Londrina no período de 8 a 10 de maio de 1981. Requer envio de cópia à Associação Comercial e Industrial de Toledo e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA da Proposição apresentada pela Associação Comercial e Industrial de Toledo - na XXX Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Laranjeiras do Sul, no período de 16 a 18 de maio de 1980.

Já se tornou chavão afirmar que a economia brasileira tem o campo como alicerce, através da agricultura e da pecuária. Mas é um chavão por demais verdadeiro, que não pode ser subestimado pelos dirigentes e pelas forças vivas da Nação.

2. — Também não é novidade informar-se que a economia agrícola paranaense é das que desfrutam maior índice de desenvolvimento, não só por ser o Paraná um grande abastecedor do consumo interno, mas também um dos maiores exportadores de café, soja, carnes e outros produtos agropecuários.

3. — E ninguém pode negar que o Oeste, especialmente a microrregião que constitui o seu extremo, se agiganta, dia a dia, no avanço de sua agricultura e de sua agropecuária, constituindo-se em um dos maiores e mais promissores polígonos econômicos do Estado.

4. — Toledo, como integrante desta microrregião, já se tornou conhecido no Estado, no País, e mesmo no exterior, pela sua extraordinária produção de cereais (soja, trigo, milho...), de café, de algodão, como o maior produtor de sementes fiscalizadas (soja e trigo) e também como o maior centro produtor de suínos e aves do Brasil (possui abatedouro, o maior da América do Sul).

5. — Tudo isso já é muito, mas não seria nada, se por trás dessa pujança produtiva não estivesse o homem-agricola, o agricultor, o pecuarista, ou o simples "colono", como é geralmente conhecido o nosso rurícola no Sul do País. Seu amor à terra, sua coragem e bravura, sua disposição para cultivar a melhor terra do mundo; sua tenacidade e sua resistência às intempéries e aos conseqüentes e geralmente danosos efeitos; sua perseverança na faina, após qualquer evento dos mais desagradáveis na agricultura e/ou na pecuária — tudo isso é notório em todos os escalões governamentais e sociais, que, diga-se de passagem, não regateiam ao rurícola oestino os merecidos aplausos.

6. — Mas, a esse gigante de nossa economia agrícola, está faltando algo para maior suporte de sua luta: melhor aproveitamento dos meios de produção, através de uma bem maior, mais efetiva e direta presença técnica em seu campo de trabalho. Agrônomos e outros técnicos, existem, sim, e não em pequeno número, a serviço das cooperativas, empresas e firmas que assistem ao nosso homem do campo. À proporção, porém, que o desenvolvimento se intensifica, pela mecanização e até pela assistência atual, cresce também a necessidade de um maior número desses técnicos à disposição de cada fazenda, de cada sítio de cada colônia, enfim.

7. — Daí porque os próprios agricultores vêm encaminhando os filhos a um aprendizado de técnica agrícola em Curitiba, Ponta Grossa, Bandeirantes e outras cidades paranaenses onde existem estabelecimentos escolares ou mesmo faculdades capazes de prepará-los para o amanhã de nossa agricultura.

8. — Por que, porém, não se criar nesta micro-região, especificamente em Toledo, que oferece as já mencionadas condições econômicas, um estabelecimento de ensino agrícola, para formar, pelo menos a nível de segundo grau profissionalizante, os filhos dos agricultores? Não seria salutar e altamente benéfico para a própria economia da região que o agricultor tivesse, em casa mesmo, o seu assistente técnico no trato da terra, na aplicação de defensivos e na própria colheita e comercialização do produto?

9. — Trata-se de uma velha reivindicação não só de Toledo como de toda a micro-região. Com uma pequenina dose de boa vontade, o Governo poderá atendê-la, pois até o Ministério da Agricultura já dispõe em Toledo de uma área de 50 alqueires paulistas, onde, além de instalar o estabelecimento de ensino, poderia criar um campo experimental adequado a esse ensino.

10. — Quanto à dificuldade de professores para essa escola, na realidade ela não existe. O corpo docente seria tirado dos próprios agrônomos — e que não são poucos — residentes no município.

JUSTIFICATIVA da Proposição apresentada pela Associação Comercial e Industrial de Toledo - ACII — na XXXII Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do

Paraná, realizada em Londrina, do período de 8 a 10 de maio de 1981.

A XXX Plenária desta Federação, realizada em Laranjeiras do Sul, a 18 de maio de 1980 recebeu, discutiu e aprovou proposição da Associação Comercial e Industrial de Toledo solicitando encaminhamento do expediente sobre a imediata criação de uma escola agrícola em Toledo.

Na justificativa foram sobejamente expostos os motivos e as razões do pedido, baseado nas condições sócio-econômicas da micro-região, onde a agricultura se constitui na viga mestra da economia e do próprio progresso.

Entre os órgãos federais que apreciaram o assunto, conforme documentos anexo, a COAGRI informa que, embora não disponha de recursos para instalação — de colégios agrícolas, “poderá dar cooperação técnica à elaboração — do projeto da escola, implantação de projetos agropecuários, criação e funcionamento de cooperativa escolar etc.”, desde que os pedidos de cooperação sejam “encaminhados para a Secretaria de Educação do Estado, conforme as diretrizes... contidas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985”.

Do exame de tais documentos pode-se deduzir, sem dúvida, a viabilidade da pretensão da comunidade toledana, contanto que para tal pretensão venha interessar-se a Secretaria de Estado da Educação no Paraná e evoque a si próprio pedido de projeto da escola.

Ora, ninguém mais a par da importância de uma escola agrícola no Oeste do que a SEC, que, diga-se a bem da verdade, não tem medido esforços em prol do desenvolvimento educacional do Estado.

Diante do exposto, a ACIT solicita, nos termos do preâmbulo que a esta encabeça, seja encaminhada a presente proposição a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Educação no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença, neste Plenário, do Sr. Vereador João Teodoro de Oliveira, Líder da Bancada do PDS, em Campo Mourão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É através da união de pessoas de boa vontade que se resolvem os magnos problemas que afetam a sociedade.

Adotando essa verdade foi lançado o PROVOPAR — Programa do Voluntariado Paranaense — dinamicamente liderado por D. Nice Braga, tendo como Secretária Executiva D. Sílvia Braga Alves.

Em pouco tempo, importantes setores da sociedade paranaense, sensibilizados, disseram “presente” à conclamação de participação, melhorando sensivelmente o atendimento a milhares de pessoas carentes, dentre os idosos, mães e crianças desamparadas.

O Governo Ney Braga, por sua vez, voltando-se às entidades sociais, tem procurado dar apoio e estímulo, para que melhores resultados sejam atingidos.

Assim foi com satisfação que, na manhã de hoje, participamos de um significativo encontro de representantes de Clubes de Mães, vinculados às APMIs, de organizações idealisticamente formadas para o amparo do menor, quando, na presença do Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Dr. Oscar Alves, que presidiu o Encontro, foram assinados diversos convênios para que recursos pudessem ser destacados, a fim de atender programas especiais, previamente elaborados por organismos que se dedicam atender os necessitados.

Na ocasião, através da PROMOPAR, foram liberados um

milhão e 938 mil cruzeiros, e através do IAM, 55 milhões e 300 mil cruzeiros.

Acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo estadual, através do Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, através do IAM, através do PROVOPAR, está, efetivamente, atento às necessidades sociais mais urgentes que se verificam em nosso Estado.

Por isso, cumprimentamos as personalidades que atuam no setor, almejando que novos planos sejam elaborados, para que possamos minimizar os cruciantes problemas que se verificam.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos do mais alto interesse do Estado do Paraná estão ocorrendo, um dos quais em Cascavel, a chamada “grande parede” dos motoristas transportadores, brigando, lutando, reivindicando e se posicionando para que as transportadoras paguem o preço justo do frete aos chamados caminhoneiros; é uma greve que está sendo deflagrada através do sindicato, com sede em Cascavel e a notícia que temos recebido, Sr. Presidente, é de que se esboça até um princípio de violência e a televisão retratou hoje, durante o noticiário do meio-dia e ontem à noite também, de que alguns pára-quebras já teriam sido alvo de agressões, de quebra-quebras, e é de se perguntar quem está promovendo este tipo de represália e de que forma poderá se interpretar este tipo de comportamento, que é a manifestação de repulsa pela omissão, quem sabe, das autoridades que poderiam já ter feito a intervenção para solucionar o impasse, para minimizar os efeitos, para sossegar o ímpeto daqueles que, através dos meios disponíveis buscam as garantias de direitos que, presumivelmente existe para os caminhoneiros.

Há um impasse entre os que devem pagar e os que devem receber o frete dos transportes. Já se manifestou em outras oportunidades. Alguns movimentos idênticos a esse já se fizeram não só em Cascavel.

No ano passado, Cândido Rondon entrou em greve, Cascavel também, bloqueando as vias de acesso para todos os cantos do Estado e do Brasil, inclusive dos portos de exportação.

É chegada a hora de um comportamento compatível com aquilo que teve o Governo do Estado do Paraná, nas primeiras horas em que os agricultores de Itaipu buscavam no Governo, o respaldo do Chefe do Poder Executivo, do chefe do Estado em que residem, em que moram. E aí está, Sr. Presidente, um apelo que nós fazemos para que essas reivindicações sejam levadas numa mesa de conversações, para que as partes possam chegar a um denominador comum, do contrário, já começa a se esboçar um panorama crítico de agressões que podem redundar num tumulto muito maior.

E aí está também, Sr. Presidente, de passagem, para fazer lembrança, e para concluir: os professores voltam domingo a ter uma concentração também em Cascavel, para voltar a solicitar do Governo do Estado, as reivindicações que até hoje não foram atendidas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

As conquistas de um povo ou mesmo de segmentos de uma sociedade política, sempre tiveram o preço da luta e do sacrifício.

Nessa constatação de fatos históricos, queremos destacar aqui, hoje, a luta dos Médicos-Residentes que vem se arrastando pelo Brasil, com a justa pretensão de alcançar uma definição no que diz respeito à sua nobilitante profissão.

Muitos pronunciamentos já foram feitos nesta Casa, por diversos Parlamentares, especialmente do meu Partido, o PMDB, como no Congresso Nacional, defendendo a tese da classe Médica-Residente, que deseja uma definição jurídica à sua condição de trabalho, entre outros direitos, o amparo previdenciário, além de uma remuneração compatível não só com o seu desempenho profissional, como fundamentalmente com as suas necessidades, que aliás, é absolutamente modesta, pois de apenas seis salários mínimos por sessenta horas de trabalho normal.

Perseguindo esse justo propósito, os Médicos-Residentes continuam na sua luta, através as manifestações públicas de esclarecimentos, como ainda, no dia de hoje em Curitiba, tive a oportunidade de assistir e até dialogar com alguns deles, quando enfatizaram a determinação de que esse movimento só cessará quando tiverem os seus direitos assegurados pela aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a Residência-Médica.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se concebe o desinteresse do Governo, principalmente do Sr. Ministro da Saúde por esse problema que é fundamentalmente preocupante e de interesse prioritário na vida da Nação, pois se trata de dar condição de trabalho, com indispensável tranquilidade, a uma classe que tem um papel relevante num setor básico da vida humana, que é a saúde, para que o slogan "saúde para todos" não fique apenas no campo das boas intenções.

O importante também é observar que o povo está atento para o movimento dos Médicos-Residentes e, acima de tudo, compreendendo a justeza das suas reivindicações, porque a despeito das dificuldades que o movimento vem encontrando para fazer chegar ao conhecimento da população os objetivos da luta, isso está sendo feito pela aproximação física com a população, inclusive com atendimentos e orientações médicas que são propiciadas.

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu requeiro a Vossa Excelência que faça chegar ao conhecimento do Senhor Ministro da Saúde, do Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná e do Senhor Governador Ney Braga, o nosso pronunciamento, como forma de apelo no sentido de que tenham os Médicos-Residentes atendidas as suas justas pretensões, no encaminhamento e aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a Residência, por ser de absoluto imperativo social.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais de um mês trouxemos a esta Casa nossa posição sobre a decisão judicial que expropriou os agricultores do quinhão 11, Município de Sertaneja, de suas terras. Uma decisão injusta, anti-democrática e anti-popular. Coenestada pelo governo que não utilizou dos instrumentos de que dispõe para defender os interesses daqueles que doaram o seu trabalho, sua disposição para vencer a natureza em ação pioneira, em favor do ócio, da especulação.

Representantes do Partido Situacionista nesta Assembleia declararam, naquela oportunidade, que estavam sensibilizados pela situação. E mais. Avocaram o papel de legítimos defensores daqueles agricultores, para justificar tal atitude diziam:

1 — Que este Deputado não tinha profundo conhecimento de causa, pois estava cuidando do problema há pouco tempo, enquanto eles o faziam há seis meses.

Ora, Senhores Deputados, estou acompanhando o problema do Quinhão 11 há mais de dois anos, há muito mais tempo que qualquer outro Parlamentar. Mas esperando que os Parlamentares do PDS realmente tomassem em suas mãos o interesses daquela gente, não discuti essa afirmação.

2 — Disseram os Deputados do PDS, no dia 7 de abril de 1981, que em 30 dias, no máximo, o caso do Quinhão 11 estaria resolvido. Teceram loas sobre a capacidade do Governo, seus poderes, seu interesse.

Pois bem, Senhores Deputados. Passaram os 30 dias e não vimos o cumprimento a palavra do Deputado Rosário Pitelli, que empenha ele também um compromisso do Governo do Estado. Ou seja, passou o prazo e mais algum tempo e os agricultores do Quinhão 11, de Sertaneja, continuam esperando que o afirmado e firmado pelos nobres Deputados Rosário Pitelli e Ruben Valduga se cumpra.

Nesse período tomei a iniciativa de pedir a intervenção da Comissão de Terras desta Casa. Ela é presidida por outro Deputado do PDS, Wilson Fortes. Mas a exemplo do que se viu com o Deputado Pitelli e com o Deputado Ruben Valduga, do nobre Deputado Wilson Fortes também não se viu nada de concreto.

O que está acontecendo? Como ficam as palavras empenhadas e registradas nos Anais desta Casa?

A Comissão de Terras vai ou não vai discutir a convocação do Presidente do Instituto de Terras e Cartografia - ITC e do Delegado do INCRA? O Governo vai ou não intervir para solucionar o problema?

Queremos respostas. Mas não através de discursos. Os agricultores do Quinhão 11, cujos representantes estiveram comigo nesta semana, esperam respostas concretas. As promessas eles já conhecem, querem vê-las cumpridas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Romero Filho. — (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Podemos afirmar que o Sr. Ney Braga foi um beneficiário da democracia. Foi graças às condições democráticas da época, que ele fez sua campanha como candidato ao Governo do Estado, despejando sobre seu principal adversário, o Senhor Moysés Lupion, de nefasta memória, suas críticas, suas denúncias e, a partir delas, suas promessas de um governo que seria marcado pelo respeito à constituição e à legalidade, combatendo a corrupção e os desmandos administrativos. Em seus discursos, o Senhor Ney Braga usava de adjetivos e argumentos que hoje a Lei Falcão impediria. Foi assim que conquistou a confiança popular e foi eleito.

Mas se a democracia o beneficiou, não podemos dizer a recíproca é verdadeira. Dois anos depois o Senhor Ney Braga definiu-se pelo apoio às forças que decidiram romper com o processo democrático instalando no País a mais longa ditadura. E a partir de então o Senhor Ney Braga passou a ser beneficiário do arbítrio, da inconstitucionalidade, da ilegitimidade. É assim que ocupa hoje o governo pela segunda vez.

Sua omissão e indefinição em relação ao terrorismo de direita que tenta obstar o processo democrático demonstra que o Senhor Ney Braga continua fiel a essa opção. Mostra, aos olhos da população, que o Senhor Ney Braga acredita que o regime atual é mais interessante aos seus propósitos.

Será o temor dos resultados eleitorais de 1982 que leva o atual Governador, não eleito pelo voto democrático para ocu-

par o Palácio Iguaçu, que o conduz a tão marcada omissão diante dos métodos da direita?

Não sabemos. Nem vamos nós, da Oposição democrática, responder pelo Governador.

A nós cabe registrar, com insistência e veemência a sua omissão.

Cabe demonstrar aos paranaenses que o Sr. Ney Braga não tomou qualquer posição neste momento tão grave da vida nacional.

Repetindo, de certa forma, seu estilo de 1964, quando esperou a definição mais nítida da correlação de forças para então jogar seu destino pessoal ao lado das forças que interromperam o processo democrático de então.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

A situação democrática agradece a Vossa Excelência porque não é privilégio de Vossa Excelência ...

O SR. DARCY DEITOS — Como também foi democrático conceder o aparte a Vossa Excelência.

o Sr. Gabriel Sampaio — ... ser Oposição democrática. Acho, Deputado Deitos, que Vossa Excelência comete, mais uma vez, um erro e uma injustiça para com o Governador Ney Braga. Porque no momento que Vossa Excelência vem acusá-lo de direita, ou que compactua com a direita e, mais do que com a direita porque com a direita não é pecado neste País ou no mundo, mas é pecado isto sim, como em qualquer tipo de extremismo, fazer com que suas idéias se valham da força e do terror.

Vossa Excelência não pode vir à tribuna desta Casa dizer que o Governador Ney Braga não tomou uma posição contra os atos de violência que fizeram estremecer o País de Norte a Sul.

Vossa Excelência não faz justiça a um homem que nós todos devemos admirar, porque o Paraná deve muito a Ney Braga.

E, se ele, ainda hoje, detém o comando político deste Estado, é porque fez por merecê-lo, por longos e longos anos, antes de nós entrarmos na política - eu e Vossa Excelência somos mais novos - Ney Braga já falava à praça pública, já andava rua em rua, de vila em vila de água em água, já andava fazendo a sua pregação democrática neste País, na sua e na minha cidade.

Portanto, não é justo que Vossa Excelência venha à tribuna dizer que o Governador Ney Braga é um omissor, porque omissor ele nunca foi; já foi traído neste Paraná, por muitos dos seus ex-companheiros, que hoje o agridem, e que hoje estão investindo de uma forma brutal contra ele.

Mas, nunca foi um omissor, e nunca se pode negar também, que o Governador Ney Braga tenha defendido posições democráticas, neste País.

Esta posição de cima do muro, também não cabe ao Governador Ney Braga, Deputado Darcy Deitos. E fica, aqui o meu protesto veemente, como situação democrática à sua posição de Oposição democrática.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Gabriel Sampaio, gosto sempre de tecer os meus comentários e fazer crítica, em cima de fatos concretos.

Eu já, por inúmeras oportunidades, quando ocupei a tribuna desta Casa, vim com fatos, e quando digo da omissão do Sr. Ney Braga, digo com fatos concretos, sobre vários episódios aqui no Paraná; o ano passado, no confisco da soja, ficou em cima do muro, o ano passado, no final do ano, quando tropas militares foram para o Oeste e Sudoeste do Paraná, o Sr. Ney Braga ficou em cima do muro, no dia 30 de abril,

no Rio de Janeiro ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite mais um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Gostaria de concluir meu pronunciamento e devolvo o aparte a Vossa Excelência.

No dia 30, quando explodiram as bombas no Rio-Centro, incontinenti a Nação inteira se posicionou contra o terrorismo, e denunciando, até, pelos fatos evidentes de onde surgiram as bombas, o Sr. Ney Braga ficou em cima do muro, mais uma vez, para esperar, para ver de que lado a canoa iria, para, então se pronunciar.

Esses são fatos concretos.

Mas, Vossa Excelência ainda não tem fatos, para dizer que nesses episódios que citei, ele tomou posições concretas.

Agora, citei no início de meu pronunciamento, é claro, que o Sr. Ney Braga, quando, neste País se praticava a mais decente democracia, a mais limpa democracia, - porque foi eleito naquela ocasião, - correu este Paraná, de água em água, de sítio em sítio, de cidade em cidade, buscando o voto do povo, e isso faz muito tempo.

Mas, há mais de 14 ou 15 anos ele não tem o voto do povo.

E dizem por aí que ele é um emérito ganhador de eleições.

Mas faz 15 anos que ele não enfrenta uma urna. Eu devolvo o aparte a Vossa Excelência, mas, rapidamente, porque tem outros companheiros que já solicitaram o aparte.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, Vossa Excelência está se baseando num fato ou em fatos que Vossa Excelência diz, concretos, do ponto de vista de Vossa Excelência.

Vossa Excelência só entende fato concreto, quando a nossa imprensa divulga alguma coisa.

Tem inúmeros fatos, Deputado, que, por intervenção direta, do Governador Ney Braga, o Paraná conquistou.

Mas, quando não há uma linha no jornal, quando a imprensa - que realmente é a grande ressonância de nós todos, porque nós já falamos muitas vezes aqui, Deputado, se nós estivéssemos aqui a comentar, a discutir, como estamos agora, a trocar idéias e pontos-de-vista diferentes, se a nossa douta imprensa nada comentar, nós ficaremos circunscritos aos nossos companheiros de vários partidos, da Mesa, de funcionários da Casa.

Realmente, Vossa Excelência tem razão neste aspecto: o Governador Ney Braga, muitas vezes - e eu já presenciei fatos desses, em que ele liga direto para Ministros de Estado, para o Presidente da República, por problemas do Paraná, e que são atendidos, e, muitas vezes, a imprensa não publica.

Vossa Excelência como político sabe disso, quanta coisa ele já fez, já reivindicou, já brigou, já gritou por isso, e foi conquistado para o seu município, para a sua região, e que lá nas suas bases muitas vezes, ninguém fica sabendo disso, muitas vezes vai um seu adversário político lá dizer, como dizem alguns colegas do PMDB nosso, dizendo no interior, como já ouvi de homens simples e humildes, que o pessoal da Situação ganha mais do que o da Oposição na Assembléia.

São inverdades, Deputado, que ditas ao homem simples e humilde, ele aceita como verdade, ele acha que aquilo é um fato.

E não é por isso, que vou desgostar e nem vou ter menos respeito pelos meus colegas de Oposição.

Vossa Excelência talvez seja vítima de alguns desses fatos, como o Governador pela posição que ocupa há tantos anos como o maior Líder do Paraná, evidentemente, que ele tem sobre seus ombros, essa imensa responsabilidade de ter também não só de pessoas mais humildes do povo, de um

modo geral, mas dos homens da Oposição também, cometendo injustiças com ele.

É esse o reparo que faço a Vossa Excelência, que Vossa Excelência só entende posição que o jornal divulga.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Gabriel Sampaio, é evidente de que o jornal documenta o fato, documenta as posições e é onde a imagem política se forma, ou Vossa Excelência vai querer discordar do poder da imprensa hoje ...

O Sr. Gabriel Sampaio — Absolutamente, nem sou louco em fazer isso, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Mas Vossa Excelência está colocando o seu ponto de vista, eu concedo o aparte ao eminente Líder Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Ilustre Deputado, embora no início dessa brilhante oração vê-se que a verdade dói.

Não há dúvida, Ney Braga tem sido praticante da política da omissão em momentos históricos, porque é óbvio que em determinados momentos, não há necessidade do Governador ir a público e tomar uma posição aqui ou acolá, mas os momentos históricos exigem de todos os homens públicos em especial, uma posição também histórica, essa é a realidade.

Ora, Vossa Excelência retratou com clareza, em 64 o que houve?

Um dos últimos governadores a retirar o apoio ao então Presidente João Goulart.

Aí ficou um período manuseando a realidade para ver para que lado cairia para dar o pulo definitivo porque estava em cima do muro.

Em estando em cima do muro, pulando para o lado certo, aí ele acionou em todos os dispositivos de apoio, ao golpe que viera, inclusive, queimando, fazendo fogueira de livros considerados subversivos, e depois, ele foi Ministro inclusive, da Educação e Cultura desse País.

Eu fico nesses dados históricos, que Vossa Excelência retratou, o problema da suinocultura, retratou a questão do confisco da soja, que o Governador ficou em cima do muro até que caiu o confisco onde ele ainda estava defendendo a queda paulatina do confisco.

Quem não se lembra disso.

Conclusão da história: Nós que estivemos representando essa Assembléia no Rio Grande, junto com outros Deputados, ficávamos acanhados em ver o nosso Governador defendendo a retirada paulatina do confisco, quando o Sul inteiro estava a exigir a queda.

Mas esse é um momento histórico menor até, diante da gravidade agora das bombas do Rio-Centro.

Aliás, eu lia na "Folha de São Paulo" um brilhante artigo, "Em cima do muro", uma interpretação que se fez dos governos de Estados, que exatamente se calaram e porque que se calaram.

Nós podemos dizer sem outro sentido, a não ser de que calados ficaram, quietos, para ver o que ia dar, e dar o pulo certo no lado certo.

Não há dúvida, o que nós pretendíamos e o Brasil inteiro, é que o Governador Ney Braga que se diz tão democrata fosse sim, ele convocasse a imprensa, exigisse na verdade, a imprensa no seu Palácio, como faz tantas vezes, e numa entrevista coletiva colocasse seu ponto democrático, que o Brasil tanto esperava.

Sabe quando é que ouvi a primeira palavra do Governador do Estado, ilustre Deputado, que está na tribuna, sabe quando?

Quando Sua Excelência foi ao Rio Grande do Sul assistir a posse do Comandante do Terceiro Exército e a imprensa

de lá instigou e ele fez uma resposta assim interessantíssima, que tomo a liberdade até de colocar no seu pronunciamento:

"O Governador do Paraná falou também sobre a explosão de bomba ocorrida no Rio-Centro, dizendo ter absoluta certeza de que esta apuração está sendo feita com o máximo rigor e a maior velocidade possível".

E disse uma coisa que deixou a mim pessoalmente estarecido, quando lhe perguntaram se considerava necessária a manutenção dos "doi-codi".

Ney Braga respondeu que os organismos de segurança, todos sabem, são feitos para tratar da segurança social.

Cá entre nós, brincadeira tem hora. Um democrata?

Entender que os "doi-codis" são imprescindíveis para a segurança social?

Ilustre Deputado, infelizmente, o silêncio do Governador do Estado deixa uma nota negra, triste na sua história de democracia.

E essa página negra a História vai registrar mesmo. Inclusive, chegamos a seguinte conclusão, para terminar o meu aparte: essa omissão foi intencional, foi pensada, porque Ney Braga joga no fechamento, ou é uma omissão de falso democrata.

Permita-me este raciocínio que é o único lógico que posso fazê-lo, quando a Nação inteira, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, todos os Partidos políticos, tomam uma posição, uma série de governadores de Estado se cala.

E, entre eles, o Sr. Ney Braga, que se diz um dos maiores democratas.

Deputado, não só merece cumprimento o seu pronunciamento porque é preciso que fique registrado nos Anais desta Casa, porque, daqui a alguns anos, quando alguém vasculhá-los para contar a história destes anos decisivos do Brasil, saber que houve quem levantou a voz contra aqueles que, omissos, não souberam ser competentes democratas, embora teoricamente o façam.

Muito obrigado, parabéns pela sua colocação.

O SR. DARCY DEITOS — Agradecemos o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Nelson Friedrich.

Vossa Excelência coloca muito bem, o que nós da oposição cobramos é a omissão do Sr. Ney Braga, porque nos momentos decisivos dos últimos ocorridos nesta Nação, Sua Excelência não tomou uma decisão como a que tomou ontem, quando do atentado a S. S. o Papa João Paulo II e que está constando em toda a imprensa do Paraná?

Quando tomou uma posição de solidariedade e de pronto restabelecimento a S.S. João Paulo II, atentado que todos repudiamos.

Inclusive, nosso Partido, ontem, oficialmente, nesta Casa, repudiou, na palavra de nosso Companheiro Lineu Turra.

É isso que a Oposição cobra do Sr. Ney Braga. Nos momentos decisivos, o homem público não pode ficar debaixo do guarda-chuva, escondido como ele ficou.

O Sr. Gabriel Sampaio — O exemplo é o mesmo, Deputado. Evidentemente, é tão dispensável Vossa Excelência dizer que seu Partido repudiou o atentado ao Papa, quanto dizer que Ney Braga repudiou as bombas do Rio-Centro.

São coisas tão evidentes, tão claras, como se alguém, neste mundo todo tivesse fazendo voto de solidariedade ao terrorista que atirou em João Paulo II.

Vossa Excelência fala sobre uma lógica que não entendo, realmente.

O SR. DARCY DEITOS — Isso é retórica de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Absolutamente. É a mesma colocação.

É tão evidente, nobre Deputado ...

O SR. DARCY DEITOS — Tem que tomar uma posição pública.

O Sr. Gabriel Sampaio — Será que todos os membros da Oposição, do seu Partido, tomaram uma posição?

Nem todos tomaram posição.

Mas, não é porque não subiram à tribuna, não verberaram, não gritaram aos quatro cantos desta Casa, que são a favor das bombas do Rio-Centro, ou do terrorismo da direita.

Agora, porque não foram à tribuna, eles são a favor do boicote, a favor do terrorismo de direita, a favor do fechamento deste País?

É a pergunta que faço a Vossa Excelência.

O SR. DARCY DEITOS — Só gostaria de dizer a Vossa Excelência que o General Ney Braga está no comando de 7,5 milhões de paranaenses. Não pode se omitir.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, só para lembrar que precisamos - a não ser que a amnésia caiu sobre o Estado inteiro - vasculhar a imprensa, as rádios, as televisões, os jornais, para ver onde há uma nota oficial do Governo do Estado.

Aonde está a presença do Governador, convocando a imprensa para uma entrevista coletiva, se posicionando oficialmente, como Chefe da família paranaense.

Aonde está isso?

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência disse muito bem, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, a posição do Sr. Ney Braga é bem clara.

Eu o defino como “galinho da torre da igreja”, é conforme o vento, nobre Deputado.

Por isso mesmo, não me surpreende a posição do Governador hoje.

Agora, a grande liderança do Sr. Ney Braga, eu a contesto, Deputado, quero ver provar, no ano que vem.

O Sr. Gabriel Sampaio — Majoritária é a que ganhou, nobre Deputado.

O Sr. Adalberto Daros — Tomou chumbo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Faz soar os tímpanos). Está com a palavra, o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Adalberto Daros, Vossa Excelência coloca muito bem. Uma visão clara. São fatos históricos que ninguém vai conseguir contestar.

O Sr. Gabriel Sampaio — Fatos distorcidos, Deputado. O Governador Ney Braga é um vitorioso, sempre ganhou.

O SR. DARCY DEITOS — A capacidade de interromper a ação do fascismo decorre não somente da clara visão das necessidades políticas e ideológicas dos seus adversários, mas sobretudo da capacidade de compreender suas próprias tarefas

históricas.

Ainda há tempo para conjurar esta ameaça, mas o tempo é pouco, Sr. Presidente.

Cabemos agir rapidamente nesse sentido e demarcar as posições que vão se definindo pela liberdade e a democracia e os que se omitem na esperança de nova vitória do fascismo.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda ontem, a Polícia Federal voltou-se ...

O Sr. Lineu Turra — Deputado Deitos, Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência, Presidente, me inscreva, na ordem.

O Sr. Quielso Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência jurou pelo fascismo? Eu não entendi bem.

O Sr. Nelson Friedrich — Brincadeira tem hora.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu entendi mal Vossa Excelência?

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência talvez não esteja ouvindo bem. Eu disse o seguinte: “... demarcar as posições que vão se definindo pela liberdade e a democracia e as que se omitem na esperança de nova vitória do fascismo”.

Eu acho que coloquei muito bem.

Mas ainda ontem, Sr. Presidente, a Polícia Federal voltou às bancas de jornais.

Prendeu todos os exemplares à venda do jornal “Movimento” e fez o mesmo com o jornal “Hora do Povo”.

Os policiais justificaram a sua atitude afirmando que receberam determinação de Brasília, para eles, o suficiente, como bons cumpridores de ordens.

Então veja que o terrorismo é de Estado, Sr. Presidente, e nós não poderíamos deixar passar esta tarde, sem denunciar este fato, porque cobramos das autoridades que façam cumprir a lei, a todas as autoridades, mas não que as autoridades passem a desrespeitar as leis.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Darcy Deitos, realmente existem as posições históricas e as omissões históricas e o que nós temos assistido no Governador Ney Braga, contra quem eu, pessoalmente, não tenho nada, mas são omissões históricas.

Nós acompanhamos desde 1.950, essa vida política, inclusive do Governador Ney Braga no Paraná e sabemos das posições que ele assumiu na oportunidade em que houve o golpe de Estado em 1.964.

O Governador Ney Braga teve um grande apoio do Presidente João Goulart na sua administração e foi graças a esse apoio um dos motivos até que a administração do Paraná ganhou destaque, foi o apoio de João Goulart ao Governo de Ney Braga no Paraná, trazido também pelas mãos do Senador Souza Naves e nós sabemos que naquela ocasião, quando se desencadeava o movimento para derrubada do Presidente constitucional João Goulart, o Sr. Ney Braga esteve no Palácio do Planalto e lá hipotecou solidariedade ao Presidente João Goulart, e saindo do gabinete do Presidente, encontrando várias pessoas nos corredores e salões do Palácio e com lágrimas nos olhos ele disse: “meus amigos, nós precisamos apoiar o Presidente João Goulart, nos solidarizar com esse grande Presidente e eu vou ao Paraná sustentar a luta pela defesa do seu

Governo". E veio para o Paraná. E aqui, fechou-se no Palácio Iguazu, e ficou esperando o momento.

E qual não foi a surpresa, quando o Sr. Ney Braga, após a derrubada do Governo se manifestou favorável àqueles que tinham vencido, porque, até então, ele estava calado.

E está aí uma prova.

E isso não é dito por mim e nem por meus companheiros do PMDB.

Foi dito pelo próprio Bento Munhoz da Rocha Neto. Por ele foi dito.

E está aí, também uma carta escrita pelo ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que está transcrita na Revista Panorama, acentuando - e vou me permitir a dizer, para que se acabe de uma vez por todas com essa farsa que existe por aí, disse nessa carta: "fui eu que te fiz político, fui eu que te fiz homem público, mas não sabia que, nessa oportunidade, estava criando uma cascavel que, a cada momento que respira, instila e espalha o veneno que corrói e que trai".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que falta um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. DARCY DEITOS — Este seu aparte eu incorporo ao meu pronunciamento, porque foi realmente brilhante.

Porque em 64, quando eclodiu o movimento, eu me encontrava servindo à Nação brasileira.

Servi aqui em Curitiba, no QG, e eu era cabo, Sr. Presidente, servindo a minha Nação.

E me lembro bem que acompanhávamos a política, fazíamos política estudantil, e nas entrelinhas, nos comentários com os oficiais, eles diziam da omissão do Sr. Ney Braga, porque ele esperava as águas fluírem para ver de que lado elas viriam para ele embarcar.

Então foram estas as posições assumidas por ele. Eu digo aos eminentes Companheiros e nobres Pares que me solicitaram apartes, de que não os concederei tendo em vista a exiguidade do tempo, mas o que ficou patente, Sr. Presidente, é de que a posição do Sr. Ney Braga no Paraná, sempre foi pela omissão.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Queria propor, Sr. Presidente, que se mudasse o Pequeno e Grande Expediente da Casa, para a "Hora de Contar Estórias".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PMDB se fará uso de seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, fará uso do horário do PMDB, o Deputado Romero Filho, que o PMDB, como o tem na sua quadra, faz também a sua história.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos à tribuna, em menos de 20 dias, para tratar de injustiça, insegurança e arbitrariedade contra moradores da periferia de Curitiba. No final do mês de abril, denunciávamos a situação dos moradores do Jardim das Nações, na Vila Tatuquara em Curitiba, onde o poder econômico se utiliza da violência como imperativo.

Um requerimento foi aprovado na Casa, o Sr. Governador já está ciente, desde dia 14 de abril, ou seja, há um mês, do tipo de ação que se repete nesta vila.

Ação que não parte apenas do poder econômico. Agora tem respaldo do poder público porque homens, portando ar-

mas de grosso calibre, auto-denominando-se agentes da Polícia Federal, estão a ameaçar moradores de uma área em litígio.

Dia 28 de abril fomos comunicados pela Presidência da Casa de que o Governador do Estado recebera nosso requerimento solicitando a desapropriação do Jardim das Nações. Este requerimento, de base sólida, justificava-se no fato de terem os moradores daquele jardim cumprido suas obrigações como cidadãos numa sociedade capitalista. Ou seja: haviam comprado e ocupado uma área urbana, para morar. E ali construíram suas casas, suas vidas, sua vizinhança, desenvolveram a vida comunitária, apesar de todas as dificuldades.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos a nos deparar com mais um desdobramento: a Associação dos moradores e Amigos da Vila Tatuquara está pedindo garantia de vida à Secretaria da Segurança Pública do Paraná, por não suportar as ameaças constantes contra as tentativas de defesa dos direitos dos seus associados.

O Secretário da Segurança do Paraná, Coronel Haroldo Dias, saberá, hoje, que homens, dizendo-se seus agentes, tanto do DOPS como da Polícia Federal, semeiam a intranquilidade na comunidade de Tatuquara.

Saberá que, ontem, às dez e meia da manhã, a Presidente da Associação dos Moradores, Dona Maria dos Prazeres de Oliveira, foi procurada por estes ditos agentes.

E, por não ter sido localizada, recebeu recado para que deixasse a direção da entidade.

e resistisse, ocorreria sua prisão preventiva, por estar respondendo a dois processos criminais.

Estas ameaças não pararam aí: foi alertada sobre seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, caso mantivesse uma posição firme.

Não bastassem estas ações de amedrontamento, ameaças, outros homens, que se dizem corretores da Imobiliária Minas-Paraná, que reivindicam a posse das terras, cercaram dois terrenos, impedindo duas famílias de saírem ou entrarem em suas casas, e prejudicando o acesso de mais de quinze crianças.

É bom ressaltar aqui que estas duas moradias estão levantadas sob a rede de alta tensão. Área, portanto, pertencente à COPEL.

Todos estes fatos, Sr. Presidente, já estão registrados na turbulenta história desta área, próxima à CEASA, e já denominada pelos próprios moradores como o "verdadeiro inferno".

Há seis anos, estas cem famílias perderam a tranquilidade. No ano passado foram brutalmente agredidas pelo homem que se diz proprietário da área.

As mulheres chamadas de prostitutas. Os homens de vagabundos. São palavras do Sr. Dionísio Beloti, dono da Minas-Paraná, aqui reproduzidas.

A violência aumenta, denúncias já foram formuladas à Prefeitura, ao Governo do Estado. Daqui da tribuna desta Casa não é a primeira vez que o fazemos.

Assim, Sr. Presidente, nos cabe deixar claro que as famílias do Jardim das Nações, na Vila Tatuquara, correm perigo de vida. Que o medo toma conta, porque alardeado por agentes de repressão, que se dizem do Governo. O governo está avisado e existe solicitação para que se instaure um inquérito policial.

É bom lembrar que as consequências funestas da omissão do poder público estão aí, estampadas nos jornais. É, então, o momento de evitar-se conflito, que, desde já, nos parece desigual, porque será o conflito de gente desarmada e desprotegida contra o poderio econômico de uma empresa, que conta além do mais, com a cobertura de agentes policiais, portadores de armas pesadas e que ameaçam enquadrar todo mundo na Lei de Segurança Nacional.

Os moradores do Jardim das Nações querem apenas Justiça, para que a paz volte à sua comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No horário do PP, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Houve ocasião anterior em que acusáramos o Governo como responsável maior pelo des controle da inflação e pela majoração desenfreada do custo de vida.

De um lado, o periódico e inusitado aumento dos preços dos derivados de petróleo, para benefício da indústria petroquímica, em mãos de multinacionais.

De outro lado, a elevação inopinada dos tributos, sem que o Poder Legislativo possa fiscalizá-la e possa obrigar a cobrança, como no passado, a partir do exercício financeiro seguinte.

Os aumentos, hoje em dia, chegam a qualquer hora e são imediatamente impostos ao inerte contribuinte.

O vazo aumentista invadiu todas as áreas da administração pública direta e indireta, com as sociedades de economia mista a entrarem também no esquema da espoliação do povo.

Temos dois fatos a relatar, ambos demonstrativos do que afirmamos.

A TELEPAR subiu, recentemente, suas tarifas, e ameaça-nos com novos aumentos. O telefone, na vida moderna, e em cidade que está crescendo a olhos vistos, como Curitiba, deixou de ser artigo de luxo, para transformar-se em artigo de primeira necessidade.

É o empregado solícito, que nos serve a qualquer hora do dia ou da noite.

Justamente em razão de sua utilidade pública, deve estar ao alcance das bolsas modestas. Se as tarifas são desproporcionais, altamente onerosas, a própria classe média não terá condições de manter telefone em casa.

Há outras urgências urgentíssimas, como a compra de alimentos, vestuários, transporte e escola para os filhos.

Se a TELEPAR é uma empresa paranaense, criada, organizada e custeada pelos paranaenses, não se justifica, pois, um item acrescentado à conta mensal.

Se cada minuto de conversa ao telefone passará a representar um impulso, o que se refletirá, no montante do fim do mês, em exorbitâncias que atordoam e abalam o consumidor, não encontramos justificativa alguma para a cobrança abusiva de uma taxa que vai aumentar os recursos para as mordomias da TELEBRÁS.

Referimo-nos à cobrança do Fundo Nacional de Telecomunicações, que quase chega a cinquenta e cinco por cento sobre o montante da conta apresentada.

Vejamos, por exemplo, a discriminação parcial de uma dessas contas, referente a abril:

Valor líquido:

107,70 com o FNT:	140,01
35,90	46,67
179,50	233,35
161,55	210,02

Ora, a TELEBRÁS, empresa federal, dispõe de recursos próprios.

Contenha-se em suas despesas, e não recorra à escorcha dos desanimados usufrutuários de aparelhos telefônicos nos Estados.

A TELEPAR é produto do suor e do dinheiro dos paranaenses.

Não venha a TELEBRÁS a fazer o papel de vampiro, a sugar-nos o sangue, sem que hajam razões para isso.

Precisamos saber a troco de que teremos de sustentar a TELEBRÁS, se já sustentamos, com sacrifício, a TELEPAR. Procede, assim, os requerimentos que, ao final, requereremos sobre a matéria.

Outro fato que trazemos, agora, ao conhecimento da Casa está vinculado à SANEPAR, e objeto das muitíssimas

reclamações que vimos recebendo de mutuários da capital e do interior.

Quando alguém faz instalações sanitárias em sua casa, paga o custo do material e da mão-de-obra. A SANEPAR tem parte nisso. Embora a taxa de água esteja exagerada no Paraná, a merecer grita geral, todo mundo paga sua conta de consumo mensal, dentro da tabela estabelecida. Até aí, tudo mais ou menos bem.

O que está sendo motivo de indignados protestos é a cobrança concomitante, pela SANEPAR, da taxa de esgotos, no mesmo valor da do consumo mensal de água. Ninguém entende isso.

Se, na cozinha e no banheiro, é consumido mensalmente determinado volume de água, e esse volume de água é religiosamente pago, que é que justifica o pagamento de uma taxa de esgotos, se o esgoto é consequência do consumo de água?

A SANEPAR já havia recebido a taxa correspondente às obras de instalação sanitária, e, quando aparece qualquer defeito, ela cobra rigorosamente os consertos que haja realizado, para corrigir tal defeito.

Paga-se igualmente a taxa de água, de que o esgoto se serve.

Que é que a SANEPAR quer mais?

Vemos, no entanto, que, se a conta de água é de 100, 300 ou 1.000 cruzeiros, a taxa de esgotos também será de 100, 300 ou 1.000 cruzeiros.

O mutuário está pagando em dobro a despesa, que, além disso, é acrescida de uma taxa não explicada de serviço.

Verificamos, por experiência própria, que não adianta reclamar nos guichês da empresa. Os funcionários gaguejam, disfarçam, e nada esclarecem. E o massacrado contribuinte só tem de pagar, sob pena de serem cortados os serviços de água e esgotos.

Se esse contribuinte viver 50 ou 70 anos, terá de conformar-se em ser espoliado durante toda sua vida, sem ter a quem recorrer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por esta razão apresentamos, nesta oportunidade, o seguinte pedido de informações: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja remetido pedido de informações ao Presidente da SANEPAR sobre a cobrança indevida de taxa de esgotos quando o contribuinte está pagando o volume de água que consumiu em cada mês, além de pagar uma taxa de serviço, que ninguém sabe a que corresponde.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.”

O outro requerimento, Sr. Presidente, um apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Presidente da TELEBRÁS, assim redigido: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja endereçado apelo aos Srs. Ministro das Comunicações, ao Presidente da TELEBRÁS e ao Presidente da TELEPAR sobre a cobrança abusiva, nas contas mensais de telefones, de uma taxa destinada ao Fundo Nacional de Telecomunicações, que excede dos trinta por cento sobre o valor das ligações urbanas e inter-urbanas normais cobradas pela TELEPAR, quando o telefone deveria ser barato, para atender a todas as classes sociais.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1981.”

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Edilson Alencar, inicialmente quero cumprimentar Vossa Excelência pelo tema e pela oportunidade do

pronunciamento de Vossa Excelência e requerimento que encaminha à Mesa.

Realmente, temos acompanhado este problema principalmente da rede de água e esgotos da SANEPAR e temos ouvido diversas queixas de usuários, com relação exatamente ao problema de consumo, de cobranças de excessos.

O usuário muitas vezes recebe o talão da conta no final do mês com uma conta absurda e vai reclamar porque entende que não é possível ter gasto a quantia que está consignada no talão. Mas não tem a quem reclamar.

Na verdade, os funcionários apenas dizem: não, a conta está certa. Ou quando não, dizem: existe um vazamento por certo.

Mas a verdade é que não há uma rigorosa fiscalização nos hidrômetros. E assim também vem ocorrendo com a COPEL.

Na COPEL fazem a consignação da conta sem critérios. Muitas vezes nem vão sequer verificar os contadores. Depois, quando vêm as reclamações, meses após meses, aí é que eles vão diminuindo a conta.

Tenho a impressão de que como estas empresas não têm uma fiscalização principalmente aqui pela Assembléia Legislativa, eles fazem sua arrecadação na medida de suas necessidades.

Quando eles sentem necessidade de um maior volume de arrecadação, eles vão colocar em cima dos usuários as despesas a mais que fizeram.

Sabemos que quem está pagando tudo isto são os usuários e ainda eles tem o topete de ficar de 15 em 15 minutos, de meia em meia hora em rádio, televisão e também vasta publicidade em jornais, dizendo que estão realizando serviços para a comunidade, serviços em favor do povo, extensão de redes, extensão de linhas mas, na verdade, tudo isto é pago pelo povo.

Eles ainda têm a "cara de pau" de dizer que são eles que estão pagando todos estes investimentos quando, na verdade, é o povo.

Eles têm que realizar o serviço e não precisam estar aí se promovendo presidentes de autarquias, presidentes de empresas públicas, exatamente com o dinheiro do povo, através de publicidades até acintosas e com o dinheiro que está sendo arrecadado nestes excessos exatamente.

Muito bem colocou Vossa Excelência. Cumprimento-o pela oportunidade do pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur)— A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço e concluirei.

Agradeço inicialmente o aparte do nobre Deputado Lineu Turra que veio, realmente, confirmar as denúncias que ora fazemos.

Denúncias estas feitas com documentos, com provas, porque as provas estão em poder de cada um dos Srs. Deputados. É só verificar o recibo da SANEPAR deste mês, o meu, por exemplo, deu mil, duzentos e cinquenta de taxa de água, mil duzentos e cinquenta de taxa de esgoto, quatrocentos e quarenta taxa de serviços que não entendo que serviços foram prestados na minha residência.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto além de ilegalidade, imoralidade, é um assalto à bolsa do humilde servidor paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Fará uso o nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que temos sempre a tendência de considerarmos o período histórico em que vivemos, o mais difícil.

É evidente porque o resto é história e é passado e aquilo que antevemos, com relação ao futuro, sempre serão fatos aleatórios que dependerão de circunstâncias e de momentos que porvirão.

Por isto, acho que estamos realmente vivendo, nas últimas décadas, de 60 para cá, talvez uma das piores fases da história deste País.

E a pior fase, porque a confusão reinante é muito grande.

Nós todos, independentemente de partidos políticos, de posições políticas, de posições pessoais até, verificamos que a confusão reinante é muito grande.

Hoje podemos, nitidamente, separar homens de boa vontade e homens oportunistas que somente procuram o momento histórico, a possibilidade histórica, para usufruir de uma forma direta ou indireta, de algum benefício.

Lembro-me, na última campanha política em que tivemos o privilégio de usar, democraticamente, os meios de comunicação, antes da famigerada, antidemocrática Lei Falcão, e que eu por vezes, na televisão, verificava companheiros políticos, dos partidos da época e via homens de Oposição, - ditos de Oposição, que em um minuto de televisão abordavam muitas vezes, 7, 8, 10, uma dúzia de assuntos.

Ou melhor, eles não abordavam tantos assuntos porque seria praticamente, humanamente impossível fazer isto, eles rotulavam durante o tempo que era destinado na televisão, 5, 6, 8 assuntos.

Porque é muito fácil chegarmos nesta tribuna, na praça pública, num canal de televisão ou numa rádio do nosso interior e em um, dois, três ou cinco minutos, falarmos dos problemas que afligem a todos nós, não apenas aos mais humildes, numa chamada à absoluta miséria que este País mergulha, de dia para dia, com maior intensidade, através de maiores e maiores números de milhares de brasileiros.

Podemos em um minuto abordar dos assuntos institucionais aos mais diários, ao preço do leite, ao preço do café, ao preço da carne, enfim a dezenas e centenas de assuntos.

Mas, Sr. Presidente, faço esta introdução toda para dizer que é chegado o momento de falarmos coisas sérias, de procurarmos a tribuna, procurarmos os meios de divulgação e de comunicação, para tentarmos uma solução para este País.

Não é mais momento de soltarmos bombas. Não é o momento mais de aticarmos Oposição com Situação. Meu Deus do Céu, que piada é neste País os partidos políticos. Nós que tanto combatemos ARENA e MDB, aquele arremedo de ajuntamento partidário e que se dividiu em dois lados: um chamado MDB e outro ARENA.

Nós que tanto pretendíamos que esta reforma partidária fosse autêntica e real, o que vimos? Os mesmos erros do passado, os mesmos erros da época revolucionária e de antes.

Homens se juntando, se ajuntando, em torno de interesses pessoais, de interesses regionais, legítimos muitas vezes, e sobretudo em torno de nomes.

Isto se dá na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em todos os Estados do Brasil.

O PP é formado por alguém que não concordou ou que não teve um lugar dentro do outro lado. O PMDB, muitas vezes procurando só através de uma crítica inconstrutiva tomar posições. Outras vezes denunciando fatos reais, que devem ser denunciados.

Com relação ao MDB apenas faço um pequeno reparo, que é de nunca reconhecerem as conquistas feitas.

Já falei nesta tribuna e neste plenário muitas vezes sobre isto.

Porque acho legítima, muitas vezes, a posição da Oposição nesta Assembléia e em outros lugares.

Mas enfim, Sr. Presidente, brigaram por causa de siglas.

Faço esta introdução um pouco generalizada talvez, para dizer que não podemos fazer da nossa tribuna um local em que cada um diga o que queira.

O Regimento realmente permite e nos dá o privilégio de no Pequeno e no Grande Expediente abordarmos assuntos diversos, mas não poderemos, sob pena de ficarmos aqui sofismando, teorizando, contando histórias, porque os fatos são os fatos.

A História os registra depois que se passa algum tempo.

Mas nós não podemos, realmente, em fatos recentes, ou historicamente recentes, querermos ter a palavra final.

E nós encontraremos Sr. Presidente, nesta Assembléia, nesta Casa, companheiros nossos, de vários partidos, que vão à tribuna, para contar histórias, que somos obrigados a acreditar, porque não há nenhuma demonstração inequívoca, não há nenhuma prova documental, não há nenhum fato superveniente que venha comprová-los, torná-los indiscutíveis.

Eu poderia vir à tribuna, Sr. Presidente, em nome de meu Partido, e contar histórias de traições do Paraná.

Até há pouco tempo atrás, eu falava com um amigo e dizia que talvez tivesse uma pretensão na minha vida, de um dia escrever alguma coisa, talvez para os meus próprios filhos e não para o público em geral.

E um dos temas que me pareceram mais interessantes seria a história da traição na vida pública dos homens; a traição política, a chamada traição política.

Quantas e quantas pessoas não foram vítimas e não foram autores de traições políticas, talvez justificáveis. Quantas vezes, profundamente justificáveis.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só um instante, porque tem um Deputado do meu partido, inscrito aqui, mas, em seguida, inscrevo Vossa Excelência, pela ordem.

Então, Sr. Presidente, como dizia, eu acho que não podemos vir à tribuna apenas para criticar e contar algumas histórias.

Não se pode julgar o homem público - e eu não quero ser julgado desta forma, e não quero que a história julgue nenhum companheiro desta Casa, através do lado negativo.

Nós somos humanos, nós somos falhos.

Será, Sr. Presidente, que teremos daqui a 50 ou 100 anos, companheiros nossos, que nos sucederão na vida pública, a virem aqui, falar do sacrifício que fizemos na vida pública, do sacrifício de nossas famílias, numa campanha política, em ameaças pessoais?

E nós temos, quantas e quantas vezes, deixado o lazer, deixado uma vida mais tranqüila, porque abraçamos o que eu considero a mais sublime das profissões - e digo profissão com P maiúsculo, que é a carreira política - porque ela é a mais nobre de todas, é a mais terrível de todas, é a mais difícil, que nos dá mais sofrimentos e mais alegria de todas as carreiras que um homem pode abraçar.

Portanto, eu quero ...

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só um minuto.

Só queria dizer, Sr. Presidente, que eu pretendo que nós

tenhamos, aos nossos que virão, talvez através dos Anais, através das histórias que possam contar a nosso respeito, nos fazerem justiça na época em que esses comentários forem feitos.

Agora, os fatos atuais, da história recente, onde quanta coisa está para ser contada, quanta coisa está para ser dita, ainda, da história deste País.

Não vou permitir, Sr. Presidente, que venham aqui, companheiros nossos, a crucificar um homem da qualidade, da dimensão humana e política de Ney Braga.

Concedo, primeiramente, o aparte ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a oportunidade que me dá, de poder apartear-lo, neste pronunciamento, que ao meu entendimento, é um pronunciamento sério, é um pronunciamento na altura desta Casa, à altura do movimento político que ora atravessamos.

Porque, como disse bem Vossa Excelência, o momento é difícil, e requer muita seriedade, muita responsabilidade de nós militantes no mundo político, para podermos superar esta fase e restaurar, se Deus quiser, uma democracia como todos nós pretendemos.

Pretendia apartear o Deputado Darcy Deitos, mas, dado o tempo não foi possível.

Estranho, nobre Deputado, quando vejo a Oposição encaminhar ataques.

E numa tentativa veemente, de tentar desgastar a imagem de homens que têm prestado grandes serviços, não só a este Estado, mas também à Nação.

De tentar negar a liderança de Ney Braga, quando nós, que acompanhamos a sua história política, sabemos que ele surgiu como candidato a Prefeito desta cidade, pelo trabalho que desenvolveu como Chefe de Polícia, na época, tomando posições corajosas, quando cabia a ele tomar posição.

Sabemos da eleição que disputou como prefeito e que surgiu do anonimato, com a sua habilidade política e sua coragem, e até o seu carisma pessoal, venceu as eleições.

Sabemos que disputou como Deputado Federal e teve uma extraordinária votação, em função do trabalho que havia desenvolvido.

Sabemos que disputou a governança do Estado, quase sem chance, porque os partidos que predominavam na época - conhecemos muito bem quais eram. E no entanto, os fatos e as circunstâncias, o conduziram a uma grande vitória.

E, em função do seu trabalho desenvolvido como Governador, fez seu sucessor, uma luta também gloriosa para a política deste Estado.

Disputou uma eleição como senador, e foi eleito com larga margem de votos, e essa margem de votos jamais foi repetida.

E vem ocupando funções de destaque e de respeito, e a todas elas dando conta.

E é por isso que, no meu entendimento, a Oposição tenta desgastar, agora, um nome que é uma bandeira, um nome que é um respeito, um nome que é um perigo aos partidos que não são o seu.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra o nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Perdô-me nobre Deputado, porque estou me alongando, mas a História e o momento, requerem que se diga, aqui, a verdade.

Em resumo e deixando até o roteiro que seguia, quero dizer que a hora é séria.

Jamais Deputados da minha bancada, não vi, em meu mandato, ocuparem a tribuna, para tentar desgastar líderes de qualquer partido que seja.

Porque respeitamos a todos.

Se tivermos de lutar contra eles, faremos em nossas agremiações, estamos prontos para isso, mostrando o trabalho que cada um tem realizado.

Porque, no meu entendimento, o povo politizado como é, creio que é, saberá distinguir aqueles que realizaram e os que apenas criticam e protestam.

Por isso, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Só quero lamentar o pouco tempo e não ter podido conceder apartes, que muito me honrariam, ao Presidente do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi e ao Deputado Darcy Deitos.

Lamento, minha intenção era conceder apartes a Vossas Excelências.

Mas, esse assunto é muito interessante. E nós voltaremos a ele, quando, com o maior prazer, concederei apartes a Vossas Excelências.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, com apoio dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando seja encaminhado xerox do requerimento da Câmara Municipal de Santa Amélia, ao Sr. Governador do Estado. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de Primeiro de Maio, o terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoolatra de Bandeirantes”, com sede e foro em Bandeirantes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

14 Srs. Deputados o aprovam,

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.